

OFICIO Nº 09/2022
A.DIRECÇÃO/Lisboa, 20-05-22

Assunto: **MEDIDAS PARA A VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
E DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO – OE 2022**

O STARQ, enquanto organização sindical que representa os profissionais de arqueologia e do sector do Património Cultural, tem como principal objetivo a defesa dos direitos dos trabalhadores. Porém também defendemos políticas públicas que protejam, valorizem e democratizem o Património Arqueológico.

O trabalho em Arqueologia desenvolve-se no sector público e no privado. Ainda que necessariamente interligados, cada um deles apresenta as suas idiossincrasias e problemáticas específicas.

O sector privado, excessivamente dependente das empreitadas de construção civil, tem-se vindo a desenvolver exclusivamente através da Arqueologia Preventiva / de Salvaguarda. Daqui resulta que na prática diária se trabalhe principalmente ao abrigo do princípio de conservação pelo registo científico do património arqueológico e cultural, em contexto de obras e projetos, sem o estudo, conservação, valorização e divulgação a que também devia estar sujeito, vedando à comunidade o direito ao acesso e fruição do conhecimento gerado e ao património identificado. Mas, mesmo a Arqueologia Preventiva parece esquecida, tendo sido, aparentemente, retirada da lista de assuntos tratados pelo Grupo de Trabalho - Estratégia Nacional para a Arqueologia (GTENA), criado pelo anterior governo.

Por outro lado, **o combate à precariedade laboral é imperativo.** Cerca de 70% dos profissionais que trabalham em Arqueologia Preventiva têm vínculos precários, encontrando-se grande parte a falsos Recibos-Verdes. Num sector caracterizado pela instabilidade e insegurança laborais, destacam-se ainda os baixos salários. É frequente profissionais com licenciatura e/ou mestrado auferirem valores líquidos mensais iguais, ou até menores, ao Salário Mínimo Nacional.

A este cenário de instabilidade e salários indignos (sobretudo para uma profissão que exige habilitações e, não poucas vezes, especializações) acrescenta-se a **falta de condições laborais a nível de higiene e segurança**, nomeadamente: 1) a frequente e persistente inexistência de casas-de-banho, sobretudo para as trabalhadoras; 2) ausência de local específico para realização de refeições; 3) a frequente ausência de pontos de água; ou, por fim, 4) os repetidos ambientes insalubres a que tantas vezes os trabalhadores são sujeitos. Acrescenta-se que a precariedade propicia situações de assédio.

Assim, **é fundamental a sensibilização e o reforço da ACT (Autoridade para as Condições no Trabalho)** para uma prática mais efetiva de combate à precariedade, não só com reforço dos quadros, como na base legal de atuação.

O STARQ alerta para a urgência da definição de políticas públicas e linhas de acção de combate à precariedade laboral em Arqueologia, realidade na qual assenta de forma preponderante a Arqueologia Preventiva em Portugal.

Quanto ao setor público destaca-se a dramática falta de trabalhadores, meios e investimento. O STARQ e os trabalhadores têm vindo a alertar para este problema, por diversos canais, incluindo através de greve. O número de trabalhadores na DGPC e DRC é absolutamente insuficiente, sendo preciso um efetivo reforço de profissionais de modo permanente e com vínculo estável.

A falta de trabalhadores nos Museus, Palácios, Monumentos, Laboratórios e Serviços da DGPC torna-se ainda mais preocupante se considerarmos o envelhecimento dos quadros. **Assim, a generalização do recrutamento de trabalhadores para suprir as necessidades do sector do Património tem de passar pela abertura da contratação para as carreiras.**

O STARQ volta a alertar que a solução tem que passar pela contratação de trabalhadores especializados, com vínculo estável e a título permanente e não através da atribuição de bolsas para doutorandos, pelo programa Ciência no Património Cultural.

O STARQ pondera com preocupação o sistema de avaliação de desempenho, e alerta para a necessidade de revogar o **Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP)**, e para a criação de um sistema de avaliação justo, transparente e objetivo. Este sistema de avaliação tem servido apenas para controlar os trabalhadores e conter a progressão salarial.

Na DGPC, o STARQ alerta ainda para a falta de condições infraestruturais e técnicas do **Laboratório de Arqueociências (LARC)**. O LARC foi criado para o desenvolvimento e aplicação das Arqueociências à Arqueologia nacional, destacando-se o desenvolvimento e atualização permanente das coleções de referência.

Desde a destruição das instalações existentes na Avenida da Índia (em finais de 2009, para edificação do novo Museu dos Coches), **as instalações do LARC deixaram de reunir as condições necessárias para cumprir a sua missão**, de que é exemplo a preparação de espécimes para inclusão nas coleções de referência.

Além da falta de infraestruturas e trabalhadores (permanecem por preencher até os postos de trabalho vagos por aposentação de investigadores), é preciso dotar o LARC de um enquadramento orgânico apropriado no seio da DGPC.

Apontamos, igualmente, a importância da continuidade do PNTA (Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos), mecanismo de financiamento da investigação programada e plurianual em Arqueologia, fundamental na medida em que viabiliza a investigação sobre coleções e sítios arqueológicos.

Também destacamos que **a gestão de espólios arqueológicos é problemática, sendo necessária e urgente o investimento numa Rede Nacional de Reservas**. A Rede Nacional de Reservas deverá promover a coesão territorial, dispersando-se sobre a totalidade do território continental, onde os espólios estejam o mais próximo possível de onde foram exumados e acessíveis aos investigadores das diferentes regiões.

No âmbito da Transição Digital no Sector Público, salientamos a sua necessidade e implementação urgente. É fundamental **o investimento na reformulação do Portal do Arqueólogo e do Endovélico**, de modo a que seja conseguida uma maior desburocratização/transparência e segurança, na relação entre os trabalhadores, a Tutela e as empresas e a melhor gestão e disponibilização dos inventários. Realçamos também a digitalização integral do *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, bem como a digitalização do acervo dos museus, com a possibilidade de consulta gratuita dos seus inventários e documentação. De um modo geral **é preciso investimento, para garantir a sustentabilidade das infraestruturas informáticas da DGPC e das DRC**, votadas ao abandono durante muitos anos.

O Património Arqueológico é um bem finito que pertence às populações, de hoje e futuras, é urgente protegê-lo, conhecê-lo e valorizá-lo. Neste sentido, são os trabalhadores do



Património que cumprem esta missão, seja no setor público, seja no setor privado. Para o STARQ a defesa do Património Arqueológico e dos seus trabalhadores é indissociável. Podem contar connosco.

Atentamente

Pela Direcção